



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALPIARÇA – SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019 - MANDATO 2017 – 2021

--- Aos vinte e oito dias do mês de Fevereiro de dois mil e dezanove, reuniu a Assembleia Municipal de Alpiarça, em Sessão Ordinária no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho de Alpiarça, cuja Mesa foi composta pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, Fernando Louro, que foi secretariado pela 1.ª Secretária, senhora Liliana dos Santos Carapinha e pela 2.ª Secretária, senhora Fernanda Fragoso Garnel. -----

--- **Verificou-se a presença dos seguintes Deputados Municipais:** -----

--- 1. Júlio Manuel Fernandes Pratas (CDU). -----

--- 2. João Pedro Antunes Osório (CDU). -----

--- 3. Anabela Feliciano da Costa (CDU).-----

--- 4. Celestino Tomaz Pereira Brasileiro (CDU).-----

--- 5. Fernanda Fragoso Garnel (CDU). -----

--- 6. Liliana dos Santos Carapinha (CDU). -----

--- 7. Fernanda Maria Coutinho Precaté Fontainhas Amorim Cardigo (CDU). -----

--- 8. Maria Graciete Agostinho da Costa Pereira de Brito (PS). -----

--- 9. Abel Ferreira Melro Pedro (PS).-----

--- 10. Maria Filomena Lopes Rúbio (PS).-----

--- 11. Joaquim Luís Rosa do Céu (PS). -----

--- 12. Carlos Alberto Dias Marques (PS). -----

--- 13. Ana Rita Monteiro Marques (PS). -----

--- 14. Rodolfo Manuel Machacaz Colhe (PS).-----

--- 15. Armindo Pinto Batata (MUDA). -----

--- **Verificou-se, igualmente, a presença dos seguintes elementos do Executivo Municipal:** -----

--- 1. Presidente Mário Fernando Atracado Pereira.-----

--- 2. Vereador João Pedro Costa Arraiolos.-----

--- 3. Carlos Jorge Duarte Pereira. -----

--- 4. Vereador António da Conceição Moreira.-----

--- 5. Vereadora Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes. -----

--- **A Ordem do Dia foi a seguinte:** -----

--- Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.-----

--- Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transportes de Passageiros. Para deliberação.-----

--- Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos-Lei números 20, 21, 22, 23/2019. Para deliberação.-----

--- Ponto 4 - Apreciação Relatório 2016/1757 da IGF – Inspeção Geral de Finanças denominado “Controlo do Endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica”. Para conhecimento. -----

--- Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para Apresentação de Candidatura para a contratação de um Empréstimo de médio e longo prazo à Linha BEI Portugal 2020– Autarquias– Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal Código–ALT20-08-2316-FEDER000048. Para Deliberação.-----

--- Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para Apresentação de Candidatura para a Contratação de um Empréstimo de médio e longo prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Eficiência Energética em Iluminação Pública no Município de Alpiarça Código – ALT20- 07-1203-FEDER-000003. Para Deliberação. -----

--- Ponto 7 - Apreciação e votação da Proposta referente ao projeto de revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária do Contrato de Gestão Delegada outorgado pela RESIURB e pela Ecoléziria e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual. Para Deliberação. -----

--- Ponto 8 - Leitura, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizadas nos dias 29/06/2018, 21/12/2018 e 28/01/2019. Para Deliberação. -----

--- Ponto 9 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. Para Deliberação. -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, deu início aos trabalhos eram 20h52m. -----

--- Começou por informar que da parte do Partido Socialista se encontrava ausente a senhora Deputada Municipal Ana Margarida Vences Rosa do Céu, que foi substituída pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Manuel Machacaz Colhe. -----

--- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

--- Depois, questionou se da parte do público alguém pretendia inscrever-se para intervir e não tendo havido inscrições, o senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia, conferindo as respetivas inscrições para o mesmo e dando a palavra aos membros inscritos. ---

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

--- O senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por questionar o senhor Presidente da Câmara, sobre a queixa apresentada pela Câmara Municipal à GNR, relativa aos papéis colocados indevidamente nos contentores do lixo, uma vez que, o senhor Presidente da Câmara em declarações que tinha prestado ao Alpiarçense, tinha afirmado que tal ação havia sido tomada com fins políticos da oposição ao executivo municipal, pelo que solicitava informação sobre qual o ponto da situação. Referiu, depois, que em 23 de Abril de 2018, tinha pedido à Mesa da Assembleia Municipal, informação urgente sobre as comemorações do quadragésimo quarto aniversário do 25 de Abril, que tinham sido apoiadas pela Câmara Municipal e pela Junta de Freguesia, e certamente tinham envolvido custos para estas Autarquias, e em concreto, sobre qual a metodologia da constituição da comissão do 25 de Abril e os cidadãos que a tinham integrado, já que nunca tinha obtido resposta a tal pedido de informação. -----

--- Sobre o Plano Estratégico do Turismo para Alpiarça, questionou quando é que poderia ter acesso à consulta do mesmo e sobre as armazeneiras, salientou que a Câmara Municipal tinha informado por ofício, que as armazeneiras existentes na Gouxaria e junto às piscinas, tinham um fruto tóxico e que iriam identificar com placas essas árvores, informando que os frutos eram tóxicos, pelo que queria saber qual o ponto da situação das referidas placas. Referiu-se com agrado à concretização dos trilhos situados ao longo das duas margens da vala, dizendo que já os tinha percorrido e que havia boa sinalização, embora julgasse que a mesma não deveria ter sido colocada nas árvores, sugerindo também a divulgação do mapa dos trilhos. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, começando por questionar qual era a comparticipação do Município de Alpiarça na construção do canil intermunicipal e o que estava planeado relativamente à gestão dos animais errantes, nomeadamente, no espaço temporal entre a sua captura e a entrega no canil intermunicipal. Sobre as ruas de Alpiarça, disse que verificava que algumas delas continuavam sujas, que a varredoura passava muito poucas vezes nas ruas, pelo que pretendia saber qual o ponto da situação e se era para continuar assim. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Marques, que questionou o executivo sobre se os funcionários que andavam nas ruas a curar as ervas, sabiam para que locais deviam ir e se os produtos que utilizavam podiam ser usados na via pública. Disse que o parque infantil junto à

sua casa era muito frequentado por crianças, especialmente com o bom tempo, mas a sinalização era pouco visível e como tal, deveriam ser colocados sinais a indicar, por exemplo, que estava vedada a entrada a animais. -----

--- Interveio a senhora Presidente da Junta de Freguesia, Fernanda Cardigo, para dar nota das atividades da Junta, começando por referir que tinham recuperado grande parte dos parques infantis, mas que registava a questão que o senhor Deputado Municipal Carlos Marques tinha colocado, sobre a sinalização do parque infantil em causa, pois tinha a noção que todos estavam sinalizados e vedados. Sobre o Ano Nacional da Colaboração, disse que até há bem pouco tempo, Alpiarça era a única Freguesia a aderir a tal projeto, que visava a recuperação de habitações degradadas para famílias com carências sócio-económicas e que com a reformulação do projeto, a Junta de Freguesia iria procurar estabelecer parcerias com empresas e com os próprios fregueses, no sentido de poderem colaborar naquela iniciativa, uma vez que, os trabalhos de recuperação das habitações eram bastante dispendiosos para as possibilidades da Junta, mas com tais parcerias poderia ser mais fácil atingir os objetivos. -----

--- Referiu que ia ser iniciado o atendimento de proximidade em Março, nos diversos lugares do Concelho de Alpiarça e informou que tinham procedido à reabilitação dos abrigos de passageiros na EN118, bem como à adaptação dos sanitários no Jardim Dom Dion e no cemitério para pessoas com mobilidade reduzida, salientando também que continuavam a ajudar as pessoas no preenchimento das declarações do IRS e que o atendimento estava a ser feito no edifício do Lavadouro. Por fim, informou que a Junta iria participar nos festejos do Carnaval, com a oferta dos lanches aos participantes, bem como nas comemorações do Dia Internacional da Mulher. -----

--- De seguida, o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu começou a sua intervenção, dirigindo uma questão ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, que se prendia com a necessidade de introduzir no Regimento, uma norma sobre a divulgação das atas da Assembleia Municipal na internet, para que se desse esse exemplo o mais rapidamente possível. Continuou, referindo-se ao acidente ocorrido na EN118, com um camião que tinha vertido lamas para a via pública, questionando qual era exatamente o tipo de lamas que tinham ficado na via pública e onde é que as mesmas tinham sido depositadas e por fim, questionou porque é que as ruas de Alpiarça tinham deixado de ser limpas.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para fazer uma referência ao início do processo de substituição das lâmpadas do Concelho pela tecnologia LED, dizendo que o mesmo ia contribuir para uma grande poupança de energia, bem como para a melhoria das condições de

iluminação pública, sendo que o Município tinha optado por iniciar os trabalhos no Frade de Baixo.

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro para falar sobre a requalificação dos diques na bacia hidrográfica do Tejo, lembrando que o senhor Presidente da Câmara, em tempos, tinha dito que estava preocupado com a situação dos diques no Concelho de Alpiarça, mas que a responsabilidade pela manutenção de tais infraestruturas era da Administração Central. No entanto, em sua opinião, a Autarquia poderia ter aproveitado a oportunidade para apresentar uma candidatura, na qual tinha que suportar apenas 12% do valor da obra, uma vez que, os diques permitiam garantir a segurança e bem estar de pessoas e bens, sendo certo que Alpiarça tinha sido o único Concelho a não aderir a tal programa de recuperação dos diques e como tal, gostaria de saber qual a razão para essa opção. -----

--- Perguntou depois ao executivo, se tinha conhecimento de alguns casos duma doença de pele muito contagiosa, que se espalhava pelo corpo, manifestada em frequentadores das Piscinas Municipais e o que pretendia fazer em relação a tal situação. Sobre o Vale de Tojeiras, lembrou que existia uma sentença em Tribunal, na qual a Câmara tinha sido condenada a realizar uns trabalhos naquele local e não os tinha feito e por fim, questionou se a iluminação daqueles terrenos era da responsabilidade da Câmara, pois existia pelo menos um terreno particular naquele local, que tinha iluminação pública, paga por todos os contribuintes, porque alegadamente até existia um projeto público para aquele local, pelo que pretendia saber se esse facto era verdadeiro. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que começou por responder ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, explicando que a queixa apresentada na GNR tinha sido feita contra desconhecidos, tendo sido arquivada por não ter sido possível descobrir os autores do ato e que quando se tinha referido à motivação por razões de oposição política ao executivo da Câmara Municipal, não se tinha referido aos membros da oposição. -----

--- Em relação às questões colocadas pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito sobre o canil intermunicipal, disse que existia um projeto prévio, tinham havido alguns avanços e recuos no processo, sendo que o canil intermunicipal com localização prevista para Santarém, não ia conseguir acolher todos os animais abandonados e isso ia obrigar a manter em cada um dos municípios canis de retaguarda, pelo que a Câmara Municipal já tinha apresentado uma candidatura, para remodelação do canil existente em Alpiarça. Sobre o assunto da limpeza das ruas, disse que era um assunto recorrente e que a situação estava um pouco melhor, pois as ruas

de Alpiarça estavam quase todas limpas e a Câmara Municipal também andava a fazer a cura das ervas existentes nas ruas e passeios. -----

--- Quanto às luminárias de tecnologia LED, informou que todas iriam ser substituídas em todo o Concelho e no que respeitava à requalificação dos diques, frisou que nunca tinha dito que era uma inutilidade e o que sempre tinha sido dito pelo executivo é que não era uma competência da Câmara de Alpiarça, mas sim uma competência da Administração Central, do Governo, do Ministério do Ambiente, mas não da Câmara de Alpiarça e por isso, qualquer investimento era sempre excessivo, porque não era obrigação do executivo. Informou que apesar disso, tinham tentado sensibilizar o Governo, já tinham reunido com o Secretário de Estado há uns meses e recentemente com a Agência Portuguesa do Ambiente - ARH Tejo, sendo que tinham voltado a colocar essa necessidade do Estado intervir na recuperação do dique ou dos diques do Concelho de Alpiarça, à semelhança do que tinha feito no dique de Valada, cuja intervenção ia ser totalmente suportado pela Administração Central, portanto, era isso que se pretendia que fosse feito no Concelho de Alpiarça. -----

--- Sobre as Piscinas Municipais, informou que não tinha conhecimento de nenhuma situação e que era a primeira vez que estava a ouvir falar sobre o assunto, mas ia colocar a questão ao responsável das Piscinas Municipais, para verificar se tinha havido algum foco contagioso e depois se intervir. Em relação à questão de Vale Tojeiras, disse que era um compromisso daquele executivo, mas as condições económicas não tinham dado grande margem para que tivesse sido feita essa intervenção, mas mantinha-se essa intenção e o caminho era considerado público. -----

--- Interveio o senhor Vereador Carlos Jorge Pereira, explicando que toda a documentação sobre o plano estratégico ia ser publicada dentro de cerca de uma semana e sobre as armazeneiras, referiu que de facto era uma falha as placas ainda não terem sido colocadas, mas em breve a situação seria resolvida. Quanto ao percurso junto à Vala Real, deu os parabéns ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, pelo facto de já ter feito o percurso e referiu que já tinha sido colocada na Reserva Natural do Cavalo do Sorraia, uma placa identificativa de todo o percurso e que era naquele local que o mesmo tinha início e fim, mas faltava a Entidade de Turismo receber a homologação de todos os circuitos que tinham sido candidatados, onde se incluía também o de Alpiarça, e essa homologação ainda não tinha sido rececionada pela Câmara, daí a razão de não haver ainda publicação no site do Município ou no Facebook. -----

--- Respondeu ao senhor Deputado Municipal Carlos Marques, sobre a questão dos produtos utilizados na cura das ervas existentes nas ruas e passeios, explicando que os produtos eram homologados, até porque não poderia ser de outra maneira e as áreas a curar estavam

perfeitamente identificadas. Quanto ao acidente na EN 118, referiu que estiveram no local o Corpo de Bombeiros Municipais de Alpiarça, a GNR de Alpiarça que identificou o camião e tomou conta da ocorrência, o Município, assim como a Entidade Eurosister, que era uma entidade relacionada com a segurança e o ambiente, que tinha efetuado os trabalhos de limpeza e desinfeção da via com recurso a equipamentos próprios. -----

--- Referiu, ainda, que a maioria dos resíduos tinham sido repostos na galera do camião que tinha causado o incidente e os restantes tinham sido colocados numa viatura de carga do Município e depositados na Reserva do Cavalo do Sorraia, uma vez que, aquele material seria utilizado para fertilizar terras. -----

--- Finalizadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à ordem de trabalhos da reunião.-----

--- **ORDEM DO DIA** -----

--- **Ponto 1 - Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do art.º 25 da Lei n.º 75 de 2013 de 12 de Setembro. Para conhecimento.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar conta da atividade do Município, referindo-se, desde logo, a todo o trabalho desenvolvido pela Biblioteca Municipal, no sentido de chegar a um maior número de leitores e frequentadores, nomeadamente, a dinamização da Comunidade de Leitores, que permitia reunir com frequência vários leitores para discutirem e debaterem temas literários, bem como de outras atividades destinadas aos mais novos. Depois, destacou a oferta de equipamentos de proteção individual aos Bombeiros Municipais de Alpiarça, por parte da Junta de Freguesia de Alpiarça e referiu que Alpiarça tinha sido selecionada como um Concelho elegível para a concretização do programa CLDS 4G (contratos sociais para o desenvolvimento local) e que uma vez mais, a escolha da entidade coordenadora do programa tinha recaído sobre a ARPICA - Associação de Reformados e Pensionistas do Concelho de Alpiarça, que também já tinha desenvolvido o programa CLDS +, tratando-se agora dum programa de três anos, num valor total de cerca de trezentos e vinte e cinco mil euros. -----

--- Informou que nos dias 23, 24 e 25 Janeiro se tinha realizado um Seminário Intermunicipal da CIMLT, na Nazaré e também que se tinham inaugurado as novas instalações da CPCJ do Concelho de Alpiarça, que iria passar a funcionar no antigo Lavadouro, propriedade da Junta de Freguesia de Alpiarça. Deu, ainda, conhecimento que a Câmara Municipal tinha aprovado recentemente, uma minuta de acordo de colaboração com o Ministério da Educação, para a requalificação global da Escola EB2/3S de Alpiarça, e que tinham tido uma reunião com a senhora Secretária de Estado

Adjunta e de Educação, onde tinha sido abordado o assunto, aguardando-se a assinatura do acordo em causa, para a concretização dum investimento de cerca de dois milhões de euros. -----

--- Por fim, deu conhecimento da situação financeira do Município, dizendo que no período entre ambas as sessões da Assembleia Municipal, se tinha verificado uma redução na dívida total do Município de trezentos e sessenta e nove mil euros e no global, uma redução de cerca de seis milhões cento e vinte e nove mil euros. -----

--- Interveio a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, questionando sobre se a construção do novo bloco, não iria retirar capacidade financeira para aquilo que era fundamental, que era requalificar os blocos existentes, dando condições aos alunos, para que não passassem frio nem calor e para que tivessem condições de luminosidade. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe, para falar sobre a reunião que se tinha realizado no dia 29 de Janeiro de 2019, com a GNR, sobre a defesa das florestas contra incêndios, questionando o executivo sobre se estava a ser dado algum tipo de apoio às pessoas que tinham necessidade de proceder à limpeza das matas.-----

--- Interveio senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para falar novamente sobre a limpeza das ruas, sugerindo que em vez de se tirarem fotografias das ruas limpas, conforme sugerido pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, se podiam tirar fotografias aos munícipes a limparem o lixo acumulado à porta dos seus estabelecimentos comerciais. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Celestino Brasileiro, para falar no ciclo de exposições “Gentes da Nossa Terra”, que tinha decorrido durante todo o ano de 2018 e que tinha possibilitado aos artistas plásticos do Concelho exporem os seus trabalhos. Por outro lado, salientou o papel preponderante da Biblioteca Municipal junto de toda a comunidade.-----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara, explicando que em relação à obra na Escola, a prioridade seria sempre recuperar aquilo que existia, para garantir melhores condições à comunidade educativa, mas os dados que existiam apontavam para que fosse possível conciliar esses trabalhos com a construção do novo bloco. Sobre a reunião com a GNR, salientou que aquela entidade já tinha definido as Freguesias consideradas prioritárias, mas em relação à região, Alpiarça não era prioritária, embora ainda fossem fazer o trabalho de identificação dos proprietários dos terrenos no Concelho. -----

--- Terminou, reiterando que a limpeza das ruas estava a ser feita, mas era impossível fazê-la diariamente em todas as ruas, embora atualmente a situação fosse bastante favorável e os trabalhadores fossem exemplares na realização desse trabalho. -----

--- **DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- Ponto 2 - Apreciação e votação da Proposta de Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transportes de Passageiros. Para deliberação. -----

--- O senhor Presidente explicou que a proposta ia no sentido de que a Assembleia Municipal autorizasse a Câmara Municipal a delegar as competências no âmbito do Regime Jurídico de Serviço Público de Transportes de Passageiros à CIMLT. Referiu que este processo se enquadrava num outro de âmbito mais alargado, de transferência de competências do Estado Central para as autarquias locais, que também se iria discutir no ponto seguinte sobre outras áreas, num quadro em que não havia regiões administrativas, em que se verificava uma indefinição propositada por parte do Governo, no que respeitava ao financiamento das novas competências, parecendo que nem haveria vontade de financiar grande parte dessas competências a transferir, embora o Governo dissesse o contrário, e por isso, numa primeira fase o Município não tinha aceitado constituir-se como Autoridade de Transportes e muito menos delegar a competência na CIMLT. -----

--- Continuou a intervenção explicando que, entretanto, tinha surgido um dado que tinha feito com que a posição do Município se tivesse alterado, e que tinha a ver com a possibilidade de sendo Autoridade de Transportes e depois delegando essa competência na CIMLT, em conjunto com os outros municípios, pudesse participar no programa de apoio à redução tarifária, que tinha recentemente sido incluído no orçamento de estado, pois apenas nessa qualidade era possível intervir no sentido de que os utentes dos transportes públicos de passageiros, na região da Lezíria do Tejo, pudessem vir a ter custos mais baixos, tarifas mais baratas ao nível dos bilhetes e dos passes e que através da CIMLT, fosse lançado um concurso para a escolha de um operador que efetuasse esse serviço público, sendo possível desse modo determinar um conjunto de exigências a cumprir, que permitissem a melhoria da rede e da oferta em termos de transporte público rodoviário de passageiros na região. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, começando por dizer que ia votar favoravelmente a proposta apresentada, em coerência com o seu pensamento e que aproveitava algumas das opiniões transmitidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal na apresentação do ponto, nomeadamente, que a transferência de tal competência não podia ser analisada de forma isolada, mas antes no âmbito do quadro da transferência de outras competências, como por exemplo as que se iam discutir no ponto seguinte. Frisou que a delegação de competências em discussão, tinha precisamente o objetivo de aproximar dos centros decisores a possibilidade duma intervenção mais próxima do problema e do utente, permitindo melhorar o serviço e reduzir o custo para os utilizadores. -----

--- Defendeu que tal princípio deveria estar também subjacente nas decisões relativas à transferência de outras competências, verificando-se em concreto quais as que poderiam beneficiar direta e imediatamente a vida dos cidadãos e as que não teriam esse impacto, decidindo-se por uma aceitação com essa base e não aceitando ou rejeitando as competências em bloco. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que disse que ia votar favoravelmente a proposta, mas que existia ali uma incoerência, pois no preâmbulo do acordo referia-se que havia uma indefinição da correspondente transferência de fundos e depois, era dito que tinha sido disponibilizada uma verba de três milhões de euros, a repartir por todas as entidades de transporte, para fazer face aos custos, enquanto não dispusessem das verbas a transferir no âmbito da transferência daquela competência. Disse, ainda, que tinha tentado ler o acordo “linha a linha” e que havia lapsos nas referências a alíneas de artigos, sendo que embora se tratasse duma questão formal, entendia que a mesma deveria ser corrigida. -----

--- Continuou a intervenção, referindo que tinha sido feito um inquérito à mobilidade e que gostava de saber se os dados relativos a Alpiarça já tinham sido tratados e já estavam disponíveis, uma vez que, o inquérito tinha tido lugar até dezembro de 2018. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal, que explicou que o processo de constituição do Município enquanto Autoridade de Transportes e a eventual delegação de competências, não era exatamente o mesmo processo de transferência de competências que iriam tratar no ponto seguinte, pois embora se inserisse numa mesma lógica, não decorria da legislação e dos diplomas referentes a outras competências. Frisou que no Concelho de Alpiarça só existia uma carreira, que podia ser objeto daquela deliberação, que existia há poucos anos e que decorria da circunstância dos autocarros do Município terem deixado de poder transportar crianças, por serem mais antigos e como tal, havia sido feito um acordo com a Rodoviária do Tejo, para criar uma carreira interna no Concelho, que ligasse os lugares (Frade de Cima, Frade de Baixo, Casalinho e Gouxaria) à Escola Secundária, pagando a Câmara Municipal os passes aos alunos, mas que permitia igualmente transportar outros passageiros que não apenas os estudantes, que pagavam o bilhete cobrado pela Rodoviária. -----

--- Esclareceu, quanto às questões das transferências de competências, que considerava essencial para a decisão da aceitação dessas competência, estar garantida a transferência simultânea das respetivas verbas, bem como definidos os meios humanos e outros recursos que permitissem à entidade que recebia as competências, desenvolvê-las da melhor forma e sem prejuízo para as suas populações, sendo que considerava que era isso que não estava garantido nos diplomas sobre

a matéria e no processo de descentralização desenvolvido pelo Estado. Terminou, dando nota que ao nível da definição de regras para o operador que viesse a ficar com tal serviço público, os Municípios da CIMLT tinham entendido como fundamental, que os trabalhadores que atualmente estivessem ao serviço das empresas que pudessem concorrer, deveriam ficar salvaguardados no que respeitava aos seus direitos e garantias contratuais, ficando tal obrigatoriedade explanada no concurso público internacional que viesse a ser aberto. -----

--- Foi, de novo, solicitada a palavra pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que disse considerar que em certas matérias, apesar de não existirem verdades absolutas, haviam princípios que eram indestrutíveis sob o ponto de vista da sua coerência, sendo que o espírito que tinha presidido às transferências de competências era o de avaliar, no momento da sua ocorrência, os custos inerentes às mesmas, mas apesar disso, era sempre possível verificar-se uma certa indefinição inicial, que se ia ajustando em função da evolução das situações, estando essa possibilidade prevista na própria legislação. Por outro lado, deveria ter-se igualmente em conta a melhoria e eficiência dos serviços e a diminuição dos seus custos para a população, pelo que esse era outro fator que deveria estar sempre na base de todas as decisões, não se devendo decidir de uma certa forma, apenas porque era essa a definição partidária sobre os assuntos. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal lembrou que concordava com o que havia sido dito, em tudo o que apontava para a salvaguarda do interesse público e dos interesses dos munícipes, pelo que todos os processos em que isso se verificasse tinham a sua concordância, mas quando essa garantia não existia, não podia responsabilmente optar por aquilo que considerava que não estava seguro e que poderia vir a prejudicar os cidadãos, pelo que da sua parte não via nenhuma incoerência na sua posição, dizendo ainda que existiam muitos autarcas que não queriam ser “tarefeiros” do Governo, avançando com processos sobre os quais não tinham qualquer controlo, até porque mesmo nos casos em que havia algum financiamento, não havia qualquer garantia que tais dotações se mantivessem no futuro, porque dependiam da decisão dos membros do Governo. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.** -----

--- **Ponto 3 - Apreciação e votação da Proposta de Rejeição das Competências Transferidas pelos Decretos-Lei números 20, 21, 22, 23/2019. Para deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta de rejeição de competências apresentada à Assembleia Municipal, já havia sido aprovada na Câmara Municipal, e que entendia que não existiam quaisquer condições para o Município assumir e executar as competências em causa, pois como sempre, o Governo estava a partir para um processo “à espera do que viesse a

acontecer”, ou seja, a contar com “boas vontades” sem dar garantias que no futuro as mesmas se viessem a concretizar. -----

--- Tomou a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que ia votar favoravelmente a proposta, porque entendia que o Governo deveria ter inscrito no orçamento para 2019 as respetivas verbas inerentes a tais transferências de competências e não o tinha feito. Disse, também, que tinha especial preocupação com as inúmeras assimetrias e desigualdades locais que existiam no país e que iriam dar origem a “enclaves”, para não lhe chamar “guetos”, pois reconhecia que existiam municípios com grande poder económico, que podiam assumir tais competências, podendo ainda crescer e aumentar esse poder económico, havendo outros que já tinham reduzido poder económico e que com estas medidas iriam, certamente, piorar as condições de que dispunham, para resolver problemas ao nível do ambiente escolar, na área da saúde, entre outros, pelo que se não existisse um mecanismo que pudesse corrigir essas diferenças, continuariam a existir situações muito dispare e injustas, nomeadamente, localidades cada vez mais pobres e localidades cada vez mais ricas. -----

--- Voltou a intervir o senhor Presidente da Câmara Municipal, para reforçar que a decisão sobre os transportes públicos, esteve na sua base essencialmente o facto de estar concretamente definida a verba a ser transferida com a transferência da respetiva competência, bem como a possibilidade de interferir na redução das tarifas a pagar pelos passageiros, sendo que no caso das competências ali em discussão, nada disso estava assegurado e nem os autarcas iriam ter qualquer poder de decisão nas áreas em causa, pelo que considerava que tal processo não era de todo razoável. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 7 votos contra (PS).** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: *"Ao poder local exige-se que analise criticamente o domínio das ações que lhe são propostas, tendo sempre presente que no âmbito da subsidiariedade, quem está próximo em termos de decisão pode beneficiar, intervir qualitativamente na vida dos que lhes são próximos e que dependem de si, pela sua ação. Eu acho que ter uma posição de princípio universal de rejeição de competências, não é um bom estímulo para o exercício do poder local democrático, do poder local ativo, próximo, interveniente na qualificação de vida das populações, e portanto nesse sentido, eu voto contra, porque não posso aceitar, que uma deliberação ou uma apreciação, melhor dizendo, que é muito mais partidária do que uma apreciação do Órgão do Poder Local, possa vir efetivamente a não contribuir para beneficiar a vida das populações em domínios concretos, ou seja, nós com esta votação, rejeitamos globalmente quatro domínios de ação, e*

efetivamente esses quatro domínios de ação, têm uma apreciação que não pode ser universal, não é pelo seu próprio âmbito, pela sua própria leitura, pela sua própria incidência na vida dos cidadãos e na vida do Município e portanto, por essa posição acrítica, e respeitadora de outros princípios que não a intervenção qualitativa do poder local, eu votei contra."-----

--- Ponto 4 - Apreciação Relatório 2016/1757 da IGF – Inspeção Geral de Finanças denominado “Controlo do Endividamento e da situação financeira da Administração Local Autárquica”. Para conhecimento.-----

--- Interveio o senhor Presidente da Câmara Municipal, dando conhecimento de que ao receber o relatório da IGF, para além de outras diligências, o tinha enviado para a Câmara Municipal e para o senhor Presidente da Assembleia Municipal, sendo que estava disponível para responder a questões que pudessem surgir.-----

--- Pediu a palavra a senhora Deputada Municipal Graciete Brito, para referir que o relatório em causa demonstrava a situação financeira e o funcionamento do Município até 2014, e pessoalmente julgava que os procedimentos não se tinham alterado muito desde esse ano, embora caso tivessem existido alterações, então solicitava ao senhor Presidente que pudesse esclarecer quais. Continuou dizendo que o relatório identificava alguns aspetos negativos da gestão do atual executivo, referidos também pela própria DGAL, ou seja, situações de alguma gravidade que levavam a concluir que a gestão, pelo menos até 2014, tinha sido muito incorreta e que se o mesmo tivesse sido dado a conhecer à população de Alpiarça, talvez aquele executivo não tivesse sido eleito.-----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para questionar porque é que em 2014 tinha havido uma quebra de receita, muito acentuada, em relação ao ano de 2013 e reforçou que no relatório se destacava que o Município de Alpiarça não tinha mantido, tendo em conta o princípio da universalidade, uma gestão orçamental equilibrada, uma vez que, não tinha adequado a previsão da despesa à real cobrança da receita.-----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Júlio Pratas, que explicou que pretendia muito simplesmente ler alguns excertos do relatório, nomeadamente, a parte onde se referia que os balanços do Município de Alpiarça, entre 2011 e 2014, refletiam com significativa fiabilidade a situação financeira das rubricas do passivo exigível e apesar de não estar muito preocupado com os termos técnicos, estava preocupado com a situação em conjunto, ou seja, aquilo que tinha sido o resumo e a conclusão daquela auditoria, pelo que questionava como queriam ter uma gestão equilibrada, com milhões de euros em dívida.-----

--- Frisou que no relatório tinha sido feita referência à existência, em abstrato e não em concreto de práticas ilícitas, mas as mesmas não tinham implicado quaisquer consequências para a Câmara Municipal, nem desencadeado quaisquer procedimentos habituais em caso de verificação de ilícitos. Por fim, questionou o que é que já havia sido feito em relação às irregularidades detetadas e se a IGF já tinha avisado a Câmara Municipal para adotar medidas, ou se eventualmente, o processo já tinha sido enviado para tribunal. -----

--- Em resposta, o senhor Presidente da Câmara Municipal salientou que ainda não tinha havido nenhuma citação em virtude de qualquer ilícito decorrente do relatório, que considerava ser um documento rigoroso, sério e do qual constava aquilo que certamente seria a realidade objetiva e técnica encontrada pela IGF, sendo que a apreciação política e a avaliação das razões que levaram à elaboração do relatório, nada tinham a ver com aquela apreciação técnica. Disse, depois, que em sua opinião as irregularidades referidas no relatório resultavam, ainda, dos tempos da gestão do Partido Socialista, nomeadamente, do excessivo endividamento que tinha sido deixado ao atual executivo e para que fosse possível, nos anos seguintes, garantir uma gestão totalmente equilibrada e de acordo com as regras legais, teriam que concordar com justiça, que seria necessário parar toda a atividade da Câmara Municipal, sendo que a IGF certamente também havia tido essa perceção e daí as conclusões do relatório terem sido aquelas. -----

--- Salientou que, o relatório também evidenciava, na sua apreciação global, uma evolução positiva na gestão da Câmara Municipal, aliás já ali referida no primeiro ponto da ordem de trabalhos, pelo que ninguém podia duvidar que os aspetos positivos em causa eram da responsabilidade do atual executivo, ainda que naturalmente pudessem ter sido cometidos lapsos, como certamente todos poderiam cometer. Frisou, também, que a execução orçamental se tinha sempre situado, com o atual executivo, em valores superiores aos 80%, o que no tempo do Partido Socialista não se verificava, porquanto a execução orçamental se situava entre os 50%/70%. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que reforçou o que havia sido dito pelo senhor Presidente, nomeadamente, que era evidente que a situação do Município de Alpiarça não era normal, ou seja, quando em termos de elaboração do orçamento se tinha que incluir, sempre, toda a dívida como sendo possível de executar no ano seguinte, tinham naturalmente que existir soluções para se proceder dessa forma. Voltou a frisar que, não obstante as referências ao empolamento dos orçamentos, as execuções orçamentais com o atual executivo se tinham situado sempre em valores iguais ou superiores aos 85% e chamou à atenção para o conteúdo das fichas da DGAL da época da gestão do Partido Socialista, que de rigorosa não teve nada, com execuções orçamentais sempre abaixo dos 70%. -----

--- Terminou referindo que o relatório concluía pela fiabilidade da informação financeira no que respeitava ao passivo existente, pelo cumprimento dos regimes legais relativos ao endividamento municipal em 2013 e 2014 e por uma evolução positiva da dívida global do Município de Alpiarça, entre 2011 e 2014, embora condicionada pelo excessivo endividamento que ainda se verificava e que iria, naturalmente, condicionar a gestão orçamental dos exercícios futuros. -----

--- Numa segunda volta, interveio o senhor Vereador Joaquim Rosa do Céu, dizendo que a discussão que ali estava a decorrer, lhe fazia lembrar um outro assunto anteriormente discutido na Assembleia Municipal, que tinha a ver com o aumento das exportações do Concelho, ou seja, existia uma tentação para se fazerem leituras estanques, como se não houvesse passado e que levavam a tais interpretações. Sugeriu que fosse feito um exercício de memória, sobre factos passados, lembrando que todos os empréstimos levados a cabo pelo PS na sua gestão, tinham sido autorizados pelas entidades com competência para o efeito, o que significava que tinham obedecido à lei. -----

--- Relembrou que em 2005, através de um simples decreto da senhora Ministra Manuela Ferreira Leite, o limite de endividamento dos municípios tinha sido reduzido em 50% em relação ao que estava previsto, pelo que todos os municípios que estavam naquele momento entre os 51% e os 99% ficaram em excesso de endividamento, através duma medida administrativa tomada e imposta às autarquias, mas apesar dessa realidade e após 2005, o Município de Alpiarça contraiu empréstimos com o visto do Tribunal de Contas e a aprovação da DGAL, nunca tendo havido nenhum que tivesse sido posto em causa. Disse, também, que estava a ser esquecido o facto de nesse período ter sido feito um investimento no Concelho de cerca de 50 milhões de euros, pelo que até parecia que não existia a Biblioteca, o Centro Cívico, as Piscinas Municipais, a fixação de empresas em Alpiarça, com a criação de muitos postos de trabalho, decorrente da realização das infraestruturas na Zona Industrial, a rede de esgotos e muitas outras obras, sendo que quando o PS tinha entrado para a Câmara Municipal, a dívida era de 7 milhões de euros sem que estivessem concretizadas algumas obras já projetadas. -----

--- De seguida, dirigiu-se à Bancada da CDU para explicar que, naquele tempo, também tinha havido uma inspeção e que os dois inspetores que tinham estado na Câmara Municipal, quando chegavam à segunda-feira, informavam que tinham recebido mais denúncias anónimas feitas à DGAL. Continuou, dizendo que dessa inspeção tinha resultado uma avaliação em termos judiciais, da qual haviam estado à espera muitos meses, sendo que as decisões tinham depois sido dadas a conhecer à Assembleia Municipal. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal tomou de novo a palavra, salientando que não estava ali a discutir os investimentos que tinham sido feitos, porque se fosse para discutir isso caso a caso, poderiam chegar à conclusão que a esmagadora maioria deles tinham sido justos e necessários, mas outros seriam discutíveis, sendo que também seria necessário avaliar o que é que tais investimentos poderiam ter significado em termos de desenvolvimento do Concelho, pois a imagem que tinha sido passada, podia não corresponder na íntegra à realidade. Frisou que o que estava em causa era a situação objetiva, em termos financeiros, que tinham encontrado em 2009 quando tinham chegado à gestão da Câmara Municipal, que era uma situação de desequilíbrio financeiro estrutural, tal como tipificada e definida na lei e sobre a qual tiveram que trabalhar, gerindo e realizando o que era viável e acudindo às necessidades da população, dentro do que era possível. -----

--- Assumiu que perante aquele cenário, para não parar a atividade da Câmara Municipal, naturalmente tinha sido impossível cumprir na íntegra, todos os procedimentos legalmente estabelecidos e era isso que decorria do relatório em análise, pois os próprios inspetores também haviam percebido essas dificuldades. -----

--- **DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

--- **Ponto 5 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para Apresentação de Candidatura para a contratação de um Empréstimo de médio e longo prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Reabilitação e Adaptação do Mercado Municipal Código – ALT20-08-2316-FEDER-000048. Para Deliberação.**-----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor Vereador João Arraiolos que apresentasse o ponto, tendo o mesmo começado por explicar que se pretendia autorização para recorrer a uma linha de financiamento, destinada à contratação de empréstimos a médio e longo prazo, nomeadamente, a Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias. Referiu que todos investimentos feitos pela CDU (sendo os principais a Casa Museu dos Patudos, a Praça do Município, o Jardim Municipal, entre outros) haviam sido concretizados, na parte que cabia ao Município, com total suporte no próprio orçamento, sem qualquer possibilidade de recurso a empréstimos para investimento, pelo que entendiam agora ser de aproveitar a oportunidade de recorrer a tal programa, que abrangia candidaturas aprovadas pelo FEDER ao Fundo de Coesão, que não estivessem física e financeiramente concluídas, como era o caso da Reabilitação do Mercado Municipal e da Iluminação Pública. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, que começou por referir que o ponto em causa e o seguinte diziam respeito à contratação de empréstimos, o que

significava que nem sempre era possível “comprar casas a pronto”, sendo salutar recorrer a estas oportunidades, quando as mesmas surgiam e permitiam contribuir para dar mais qualidade e conforto à vida dos cidadãos. Reconhecia que estas opções importavam dívida para o futuro, mas em compensação ficava a obra e naquele caso concreto o Mercado Municipal ficaria reabilitado, o que era útil, mesmo que essas obras não ficassem concluídas no mandato ou não fossem utilizadas durante o mandato. -----

--- Concluiu a intervenção dizendo que tinha uma dúvida, que se prendia com a própria adaptação e reabilitação do Mercado Municipal, em concreto no que é que a mesma iria consistir, pois em virtude da resposta a essa questão, assim seria a sua votação no ponto em causa. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para solicitar esclarecimentos sobre quais eram as ideias que o executivo tinha para dinamizar o Mercado, nomeadamente, se pretendia criar ali uma incubadora de empresas, embora já tivesse também ouvido dizer que esse projeto iria ser instalado no Edifício da Câmara Municipal, mas em suma pretendia saber se haviam projetos para dinamização do espaço, pois considerava que reabilitar apenas o edifício sem criar formas de dinamizá-lo não lhe parecia suficiente. -----

--- De seguida, foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que começou por questionar se o montante que estava a ser solicitado, através daqueles empréstimos, não estava já inscrito no orçamento para 2019, pois em caso afirmativo, colocava-se a dúvida sobre o que iria ser feito com essa verba, que ficava liberta no orçamento, ou seja, a que projeto se destinaria. Questionou, também, qual havia sido a estrutura da votação daquele ponto na reunião da Câmara Municipal, ao que o senhor Presidente da Câmara Municipal respondeu que o ponto havia sido aprovado por unanimidade, na reunião da Câmara Municipal. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Vereador João Arraiolos, que explicou que as verbas definidas que eram responsabilidade do Município, já estavam inscritas no orçamento como despesa de investimento, mas se fosse possível concluir aquele processo, naturalmente, que as verbas seriam libertadas para outros investimentos, onde apenas tinham mil euros e dessa forma, conseguiam colmatar projetos sem verbas dotadas, como por exemplo, a limpeza da vala e outros investimentos que não tinham ainda dotação suficiente para a sua conclusão. -----

--- Pediu de novo a palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, para explicar que em relação à dinamização do Mercado Municipal, o assunto já havia sido longamente debatido quer na Assembleia Municipal, quer na Câmara Municipal, nomeadamente, no âmbito da discussão do projeto e da apresentação da candidatura. Continuou dizendo que o que se pretendia, em primeiro lugar, era recuperar todo o edificado, bem como dotá-lo de melhores condições para os lojistas, os

vendedores e os consumidores e aproveitar para criar um espaço para outras atividades, que não fossem propriamente de âmbito económico, mas também de natureza cultural, embora não tivesse sido possível incluir naquela fase a tipologia dos centros de empresas, pois não faziam parte daquele tipo de candidatura, não obstante Alpiarça poder no futuro vir a ter no piso superior do Mercado Municipal um nicho de empresas. -----

--- Explicou que, embora a intervenção não fosse tudo o que desejavam, era o possível face à distribuição de verbas no âmbito da regeneração urbana, em concreto dos PARUS, uma vez que, os centros urbanos de menor dimensão haviam sido claramente prejudicados nessa distribuição, relativamente aos de maior dimensão. -----

--- Foi novamente dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que disse ter ficado surpreso com o facto de não terem sido especificados, concretizados quais os projetos a que iriam ser alocados os cem mil euros, que se previa serem libertados do orçamento, pois não concordava com a prática do “depois vê-se” que reinava no país, sendo que aquilo lhe fazia lembrar a questão das transferências de competências anteriormente debatida.-----

--- Interveio, também, o senhor Deputado Joaquim Rosa do Céu, dizendo que tinha ouvido a explicação do senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente à questão que lhe tinha colocado, nomeadamente, sobre a adaptação e reabilitação do edifício do Mercado Municipal e tinha percebido que iria ser também criado um espaço destinado a atividades de âmbito cultural, sendo que as galerias no piso superior seriam recuperadas e ficariam à espera de receber outros projetos, mas não tinha percebido se os espaços comerciais existentes se iriam manter ou seriam reduzidos, se as bancas se iriam manter ou seriam reduzidas, ou seja, em concreto o que se iria fazer. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que os espaços comerciais se iriam manter e que iriam ser criadas duas ilhas, destinadas ao serviço tradicional dos mercados, sendo que caso fosse necessário, e não obstante ter havido uma apresentação pública do projeto, o mesmo poderia ser apresentado à Assembleia Municipal. Em relação à questão do senhor Deputado Municipal Armindo Batata, disse que entendia que o senhor Vereador havia sido muito claro, referindo-se aos projetos com dotação insuficiente, naturalmente, com prioridade para a Vala e para a Escola. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria, com doze votos a favor (CDU, PS e MUDA) e quatro abstenções (PS).** -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu: " *Eu gostaria de ter votado a favor e com entusiasmo este ponto, aliás exemplo do que vou*

fazer no ponto seguinte, e não o posso fazer, porque existe hoje nas realizações não suficientemente concretizadas exemplos concretos de como se interveio mal e se interveio descaracterizando e destruindo identidade municipal. São exemplos de intervenções destruidoras da identidade e que ficam a penalizar o futuro de forma eterna, o que se passou na praça do município aqui ao nosso lado, e o que se passou onde era o jardim municipal e hoje está um espaço deserto, que repele os visitantes e as pessoas que gostam de fruir desses espaços de jardim, e portanto tendo a consciência destes dois exemplos onde se destruiu identidade, tendo exemplo de uma terceira intervenção, onde para além de se destruir identidade do que era uma quinta típica ribatejana da margem sul do Tejo, a exemplo da Alorna, a exemplo do Casal Branco e de outras, que foi o espaço exterior da Casa Museu dos Patudos, eu não podia contribuir com este voto entusiasmante para aprovar esta situação, porque não podia contribuir não havendo garantias, que haveria mais uma destruição de identidade a exemplo daquelas que referi, agora aqui no Mercado Municipal, razão pela qual, em vez do voto favorável foi uma abstenção, na esperança que de facto não voltemos a sacrificar a identidade municipal de uma terra com características rurais e que deve manter esta homogeneidade e que facilmente, com algum esforço todos conseguiremos interpretar." -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata: "Eu votei favoravelmente a esta proposta na sequência dos esclarecimentos prestados sobre os projetos em que serão utilizadas as verbas que ficam libertas no orçamento de 2019." -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Abel Pedro: "Eu votei favoravelmente esta proposta, tendo em atenção aquilo que me apraz registar que é a coerência, e efetivamente todos os que são empréstimos que contribuam para melhorar o bem estar quer das populações, quer do próprio Concelho, eu votaria a favor. No entanto, fico a aguardar efetivamente que aquilo não se transforme novamente não naquilo que a CDU sempre falou, ainda agora na altura que estava uma pessoa a fazer declaração de voto, falam no centro cívico, porque não tem mais nada para dizer em relação às outras obras, é sempre a mesma do centro cívico e não sabem quanto é que aquilo custou, e eu espero que efetivamente, este empréstimo venha contribuir para a melhoria do nosso Concelho, se assim não for, estarei cá, espero eu talvez já noutra posição, para poder falar nesse projeto. Obrigado". -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pela senhora Deputada Municipal Graciete Brito: "Eu votei a favor desta proposta, porque tal como o Deputado Abel Pedro referiu, eu penso que todos os empréstimos que sejam pedidos para reabilitar, para melhorar as condições de vida dos Alpiarcenses, devem recorrer-se a eles e não devemos, também, desperdiçar as oportunidades que

nos são dadas, portanto isso foi uma prática anterior e, penso que é uma prática a que a CDU se está a ter que render, e só não o fez antes porque provavelmente não podia. No entanto, eu tenho esperança que o Mercado Municipal não se torne num “elefante branco”, como este edifício que está aqui nos Paços do Concelho, como o Jardim Municipal se está a tornar, para não falar na intervenção no exterior da Casa dos Patudos, portanto eu tenho esperança, que efetivamente o Mercado Municipal venha a ter o dinamismo que merece a bem dos Alpiarçenses.” -----

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Carlos Marques: *“Eu abstenho-me nesta votação, embora reconhecendo a necessidade das obras do Mercado Municipal, desconheço por completo como se pretende dinamizar o espaço, fazendo com que o dinheiro que ali vai ser empregue tenha retorno para os comerciantes, para a população e por conseguinte para o Município. Temo por isso que estas obras sejam apenas mais um “elefante branco”, a exemplo do edifício no Largo do Município e o Jardim Municipal, servindo apenas para mais uma inauguração (ou anúncio da mesma) em véspera de eleições e consequentemente para enganar mais uma vez os Alpiarçenses. Espero estar enganado, o futuro o dirá, mas em consciência tem que ser esta a minha posição.” -----*

--- Foi apresentada a seguinte declaração de voto pelo senhor Deputado Municipal Rodolfo Colhe: *“Eu abster-me nesta votação, não por ter alguma dúvida sobre a necessidade de intervir no Mercado, aliás, estive presente na apresentação pública e parece-me que o projeto até é interessante, acredito que futuramente e com uma gestão do Partido Socialista, todos os edifícios do Concelho vão ser adequados e vão ser geridos na direção correta. No entanto, neste momento não me sentia capacitado para ter a certeza de que esta opção seria a mais correta do ponto de vista financeiro, por falta de conhecimento, não tive oportunidade de estudar o ponto afincadamente, abster-me na votação.” -----*

--- **Após terminado o ponto 5, e porque já era meia-noite, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o prolongamento dos trabalhos para lá da hora em causa, que foi aprovado por unanimidade, tendo sido dada continuidade à ordem de trabalhos.** -----

--- **Ponto 6 - Apreciação e votação da Proposta de Autorização para Apresentação de Candidatura para a Contratação de um Empréstimo de médio e longo prazo à Linha BEI Portugal 2020 – Autarquias – Eficiência Energética em Iluminação Pública no Município de Alpiarça Código – ALT20-07-1203-FEDER 000003. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou ao senhor Vereador João Arraiolos que explicasse o ponto, sendo que o senhor Vereador começou por dizer que os pressupostos do empréstimo eram os mesmos do anterior, mas aquele dizia respeito ao projeto Eficiência

Energética em Iluminação Pública, sendo que naquele caso o prazo de financiamento era de até onze anos, uma vez que, o próprio programa não permitia que as prestações fossem inferiores a mil euros, daí ter sido feito um ajuste ao número de anos. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para salientar algo de que se tinha esquecido no ponto anterior, e que tinha a ver com o facto de se dizer que em anexo se encontrava o mapa sobre a capacidade de endividamento do Município, mas não via esse mapa nos documentos. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por unanimidade.**-----

--- **Ponto 7 - Apreciação e votação da Proposta referente ao projeto de revisão extraordinária intercalar da trajetória tarifária do Contrato de Gestão Delegada outorgado pela RESIURB e pela Ecoléziria e ao procedimento de autorização de despesa e de compromisso plurianual. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que a proposta ia no sentido de corrigir a trajetória que tinha sido objeto de avaliação, no estudo de viabilidade económica que tinha sustentado a criação da empresa intermunicipal, e que estava também plasmada no contrato de gestão delegada assinado entre os municípios da Resiurb e a Ecoléziria, existindo um dado novo, que tinha a ver com os custos de reposição dos resíduos sólidos urbanos, que haviam aumentado significativamente, com a passagem do depósito e tratamento dos mesmos para a Resitejo, o que não permitia a manutenção do tarifário praticado até então, com consequentes custos para os municípios. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que referiu estar muito preocupado com a situação, pois a mesma implicava um aumento de custos na ordem dos 38% e a última vez que haviam falado naqueles números tinha sido em Junho, mas naquela altura os números eram muito diferentes, pelo que questionava se a Câmara Municipal e a Ecoléziria não estariam “reféns” da Resitejo. Disse que não estava a colocar em causa a gestão da Ecoléziria, que considerava ser competente, mas questionava se não existiria uma alternativa local para colocar os resíduos, sendo que se tratava da componente à qual a Câmara Municipal estava vinculada, nomeadamente, a recolha em baixa, pois quem tinha optado pela gestão integrada tinha custos menos elevados. -----

--- Continuou referindo que gostaria de saber se era possível ter acesso aos custos com a recolha, o transporte e a entrega, pois esses custos eram exclusivos do Município de Alpiarça e também qual tinha sido o custo de tal serviço no ano de 2017, pois só com tais elementos seria possível verificar se a opção tomada seria mais benéfica para o Município que a da gestão integrada. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, dizendo que tinha noção que a competência em causa estava delegada na Ecoléziria, através dum contrato de gestão delegada, mas questionava se a Câmara Municipal sabia se haveria intenção de mudar alguns ecopontos no Concelho, que se encontravam bastante danificados. -----

--- Foi dada a palavra à senhora Deputada Municipal Graciete Brito que questionou o senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre se o mesmo tinha alguma ideia de como é que o aumento em causa se iria refletir nas tarifas pagas pelos consumidores. -----

--- Em resposta às questões suscitadas, o senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que ia fazer chegar ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata os dados solicitados, uma vez que, não os sabia de cor. Continuou, dizendo que a questão ali em discussão nada tinha a ver com a decisão sobre modelo que tinha sido escolhido, pois estavam a referir-se aos ecopontos, ou seja, à recolha seletiva e tanto quanto sabia, iria ser feito um investimento em toda a linha da recolha seletiva e valorização dos respetivos resíduos, sendo que os mesmos não iam para depósito na Resitejo, pois o que ia para depósito naquele local era o lixo indiferenciado. -----

--- No que respeitava aos custos para os consumidores, referiu que naturalmente o custo do serviço tinha que ser pago, sendo que no modelo escolhido e que iria continuar a vigorar, os custos seriam pagos pelo orçamento e pelos munícipes, embora não fossem diretamente imputados aos mesmos, a não ser que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal decidisse aumentar as tarifas, dando cumprimento às diretivas emanadas da entidade reguladora (ERSAR), no sentido de cobrir os custos com as receitas do serviço, o que atualmente acontecia apenas em cerca de 50%, pois só aproximadamente metade do custo do serviço era suportado pelos munícipes. -----

--- Explicou, ainda, que no sistema de gestão integrada os custos seriam totalmente imputados aos munícipes, sendo que os estudos garantiam que na repartição de custos da Ecoléziria, haveria uma repartição por todos os municípios, pelo que nos municípios que haviam optado pela gestão integrada os custos para os consumidores também iriam subir. Em relação às eventuais alternativas a tal opção, informou que os municípios da Resiurb tinham procurado outras soluções, nomeadamente a Valorsul, embora não tivessem encontrado nenhuma que fosse mais benéfica do ponto de vista económico do que a adotada, ao que acrescia o facto de ter havido também uma certa solidariedade regional, optando-se por um sistema situado num concelho vizinho, que inclusive fazia parte da CIMLT. -----

--- De seguida, deu-se início à segunda ronda de intervenções e foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Armindo Batata, que frisou que se os munícipes apenas pagavam cerca de

50% dos custos do serviço na respetivas faturas, poderiam começar a pagar a totalidade dos custos e essa verba seria utilizada na melhoria da qualidade de vida da população, até porque na verdade o utente acabava por pagar tudo, pois pagava cerca de 50% do custo na fatura, mas a verba necessária para pagar o restante valor deixava de estar disponível nas contas do Município. Disse, também, que seria importante analisar a possibilidade da diminuição dos custos, como por exemplo, através da realização de campanhas com alguma duração e consistência, para sensibilizar a população a colocar os resíduos seletivos nos ecopontos, ajudando assim a Câmara Municipal a reduzir os custos com a recolha e deposição dos outros resíduos, através da diminuição da tonelagem nos contentores. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para referir que não iria votar contra o ponto, mas que concordava com o que havia sido dito pelo senhor Deputado Municipal Armindo Batata, pois achava de extrema importância que existisse uma tomada de posição, relativamente ao que seriam os custos decorrentes da não separação, uma vez que, o exemplo teria que vir de cima, porquanto um munícipe que chegasse a uma ilha ecológica e deparasse com lixo acumulado no chão, sem ser recolhido há muito tempo, naturalmente, não se sentia motivado a fazer a reposição seletiva a menos que fosse muito persistente. -----

--- Foi dada a palavra ao senhor Deputado Municipal Carlos Marques, que referiu também concordar em absoluto com o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, tendo acrescentado que tinha visto uma campanha que lhe tinha parecido louvável, que consistia na colocação de uns autocolantes nos contentores de resíduos, nos quais constavam as cores dos ecopontos e a pergunta “Não seria possível reciclar?”. -----

--- O senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra, para dizer que lhe fazia todo o sentido o que ali tinha sido sugerido e a discussão em torno de tais matérias, que também já tinha acontecido no seio da Resiurb e lembrou que já haviam sido promovidas algumas campanhas, sendo tudo muito discutível. Salientou que o senhor Deputado Municipal Armindo Batata até tinha tido a oportunidade de assistir à apresentação de um projeto, que tinha aquelas vertentes de sensibilização e intervenção direta no terreno, que era o projeto “Recolha Porta a Porta”, que tinha sido apresentado em Almeirim. -----

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovado por maioria com 9 votos a favor (8 CDU e 1 MUDA) e 7 abstenções (PS).** -----

--- **Ponto 8 - Leitura, discussão e votação das Propostas de Atas da Assembleia Municipal de Alpiarça, realizadas nos dias 29/06/2018, 21/12/2018 e 28/01/2019. Para Deliberação.** -----

--- O senhor Presidente da Assembleia Municipal deu início à discussão do ponto, lamentando o facto de haver atas em atraso, uma vez que, nos últimos cinco anos e meio, desde que era Presidente, nunca tal tinha acontecido e por isso, gostava muito que não voltasse a acontecer e que fosse possível que na sessão seguinte, de Abril, pudessem ir todas as atas em atraso para aprovação. Explicou que se tratava duma situação imprevista, da qual não estava à espera e como tal, apenas desejava que dali para a frente a situação se normalizasse. -----

--- **DELIBERAÇÕES:** -----

--- **Ata do dia 29/06/2018 - Aprovada por unanimidade.** -----

--- **Ata do dia 21/12/2018 – Foi retirada, para aguardar pelas propostas de alterações a serem remetidas por todas as bancadas.** -----

--- **Ata do dia 28/01/2019 - Foi retirada, para corrigir o texto e estrutura da ata.** -----

--- **Ponto 9 - Apresentação, discussão e votação de Recomendações, Moções e Votos, conforme disposto no n.º 2 do Art.º 20 do Regimento. Para Deliberação.** -----

--- **Moção: Realização dos Investimentos necessários em falta, para a imediata reabertura da EN 114, Estrada (curvas) de Santarém, apresentada pela senhora Deputada Municipal Anabela Costa da Bancada da CDU.** -----

---“*Considerando que: Desde 2014 um deslizamento de terras na EN 114, nas “curvas” de Santarém, impede a circulação de trânsito e pessoas, naquele troço de estrada; Existe um transtorno evidente para todas as populações que diariamente se deslocam à capital do Distrito, transtorno esse agravado pelo trânsito intenso, sobretudo em determinadas horas do dia, na estrada da estação, onde acresce o perigo de circulação por uma passagem de nível junto à estação ferroviária; O investimento já efetuado e previsto no plano global de estabilização é elevado, mas é o adequado tendo em conta a segurança de pessoas e bens; O Município de Santarém tem desenvolvido todos os esforços junto do governo para a conclusão do plano global de estabilização das encostas de Santarém, de forma a permitir a reabertura daquele troço de estrada (que já esteve previsto para finais de 2018), essencial para este concelho e para os concelhos limítrofes, como é o caso de Alpiarça. A Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 28 de Fevereiro delibera: Manifestar a sua solidariedade ao Município de Santarém e às populações abrangidas por esta situação; Apelar ao governo e às instituições envolvidas no projeto do Plano Global de Estabilização das Encostas de Santarém, para a conclusão de todas as obras necessárias à reabertura da EN 114, nas “curvas” de Santarém, de forma a permitir a estabilização das encostas e a circulação de pessoas e veículos, em condições de segurança. -----*

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, dizendo que iria aprovar a moção, mas que entendia que tudo o que se fizesse naquele local, do modo como estava a ser feito era temporário, uma vez que, a composição geológica da zona levaria a que a situação voltasse a acontecer, pelo que entendia que deveriam optar por uma solução diferente e mais duradoura.

--- **DELIBERAÇÃO: Aprovada por unanimidade.** -----

---**Moção: Integrar a Conclusão do IC3 no Programa Nacional de Investimentos 2030, apresentada pelo senhor Deputado Municipal Júlio Pratas da Bancada da CDU.** -----

--- *“O IC3 é uma via rodoviária estruturante que liga o centro/norte ao sul do País, constituindo-se potencialmente como um importante fator de desenvolvimento nacional. Neste momento, e na atual situação, o IC3 encontra-se muito longe de poder cumprir o seu necessário papel de desenvolvimento das regiões cujo traçado previsto e já anteriormente aprovado atravessa; para que possa vir a cumprir cabalmente este desígnio, falta concluir um troço de pouco mais de 30 Kms, entre os concelhos de Almeirim, a sul, e Vila Nova da Barquinha, a norte, atravessando também os concelhos de Alpiarça, Chamusca e Golegã; a construção deste troço em falta conferiria ao IC 3 a dimensão nacional que hoje manifestamente não tem, valorizando todo o investimento anterior realizado, melhorando acessibilidades, promovendo o desenvolvimento de toda uma região, possibilitando a ligação a áreas comerciais e industriais, ao Eco-Parque e permitiria ainda o desvio do intenso trânsito de pesados do interior das áreas urbanas dos concelhos de Benavente, Salvaterra de Magos, Almeirim, Alpiarça, Chamusca e Golegã, com uma nova travessia sobre o rio Tejo, criando condições para a valorização de todos os centros urbanos atualmente atravessados pela EN 118 nesta região; nesta linha, impõem-se as seguintes considerações: o exponencial aumento de trânsito de veículos pesados na EN 118 configura um relevante constrangimento nos aglomerados urbanos, causando grandes dificuldades na fruição dos mesmos; é também pela EN 118 que se faz uma grande parte de transportes de resíduos perigosos para o Eco-Parque do Relvão, situado no concelho da Chamusca, o que representa um perigo iminente de catástrofe, em caso de acidente para as populações, quer do concelho de Alpiarça quer dos restantes territórios atravessados por essas matérias; desde o ano 2000 que o troço do IC3 – com a necessária construção de uma nova ponte de atravessamento do Tejo – foi considerado no plano nacional rodoviário e de investimentos, sendo mesmo assumido como uma contrapartida à instalação do Eco Parque do Relvão e tendo sido feitos vários estudos e definidos os traçados, bem como o caderno de encargos; é inaceitável que a conclusão do IC3 tenha sido suspensa em 2010 e, volvidos quase 10 anos, ignorando os perigos que correm as populações, motivados pela passagem de*

veículos pesados, carregados de resíduos perigosos, nas zonas urbanas, bem como todas as restantes razões apresentadas, não tenha sido incluída no Programa Nacional de Investimentos 2030; a não inclusão deste investimento no PNI 2030 é não apenas inaceitável como também desrespeitosa para com as populações de toda esta região. Assim, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 28 de Fevereiro de 2019, delibera: 1. Exigir ao Governo Português a inclusão da construção do IC3 no Programa Nacional de Investimentos 2030, de modo a concluir este traçado, com a concretização do troço em falta entre os concelhos de Almeirim e Vila Nova da Barquinha, retirando assim do centro das vilas e cidades o trânsito de veículos com resíduos perigosos, melhorando a qualidade de vida das populações e permitindo atenuar assimetrias e potenciar o desenvolvimento da região e do País; 2. apelar aos deputados e a todos os grupos parlamentares na Assembleia da República que desenvolvam os esforços e as diligências necessárias para que seja cumprida a Recomendação aprovada por unanimidade a partir de um texto de consenso e que aponta exatamente no sentido de que deve o Governo procurar as soluções de financiamento para a conclusão do IC3". -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Abel Pedro, para referir que não tinha a certeza se valeria a pena votar aquela moção, uma vez que, a mesma já se encontrava publicada na página eletrónica do Município, com a indicação de ter sido votada por unanimidade, tendo sido publicada no dia 28 de fevereiro. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal João Osório, para explicar que tinha sido votada na Câmara Municipal, uma moção semelhante à que estava em discussão, sendo que agora se iria votar uma moção com um texto idêntico na Assembleia Municipal, que era um órgão diferente. ----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Joaquim Rosa do Céu, para dizer que caso estivesse sujeito a uma disciplina partidária, não estaria em condições de votar favoravelmente aquela moção, mas a sua disciplina era para com os interesses da população do seu Concelho, e como tal, essa era a única disciplina que aceitava. Disse que ia votar favoravelmente a moção, porque entendia que o que se passava em relação à não inclusão do fecho da malha do IC3 era demasiado chocante para a população daquela região, até porque tal investimento estava identificado como prioridade máxima pelas duas CIM, estava aprovado como prioridade máxima por todos os representantes eleitos dos grupos parlamentares do Distrito de Santarém, estava aprovado como prioridade máxima pela CCDRLVT e por sucessivas tomadas de posição dos órgãos municipais, pelo que entendia que era inaceitável que a população de toda a região fosse tratada de forma tão autista e como tal, iria votar favoravelmente a moção. -----

--- A senhora Deputada Municipal Graciete Brito pediu a palavra para sugerir uma pequena correção ao texto da moção. -----

--- **Aprovada por unanimidade.** -----

--- **Moção: Inclusão do Projeto Tejo como prioridade no Programa Nacional de Investimentos 2030, apresentada pela Presidente da Junta de Freguesia, Fernanda Cardigo.** -----

---“O Projeto Tejo – Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Tejo e Oeste foi apresentado em Fevereiro de 2018, numa sessão que decorreu na Quinta da Lagoalva de Cima, em Alpiarça, com a presença do Secretário de Estado da Agricultura e Alimentação e de vários autarcas da região, assim como de outras entidades oficiais; assumindo-se como uma referência ambiental e com benefícios em diversos setores, promovendo o desenvolvimento económico e social, o Projeto Tejo associa ao regadio uma vasta e rica parcela do território nacional, com a drenagem do rio Tejo e o controlo da cunha salina, apontando ainda para a sua navegabilidade, com as vantagens daí decorrentes, nomeadamente aos níveis do turismo, da pesca, da aquacultura e do transporte fluvial, entre outros; o Projeto Tejo tem como objetivo central minimizar a falta de água na bacia do Tejo e pretende conduzir a um melhor ambiente, levando ao abandono progressivo da utilização das águas subterrâneas, sobretudo pela agricultura, facilitando assim a recuperação das linhas de água superficiais, que têm vindo a perder caudais; pretende combater a desertificação agrícola que se tem verificado nos últimos anos, onde no Ribatejo e Oeste a agricultura perdeu cerca de 25% da área cultivada, devido a vários fatores, entre os quais a dificuldade de acesso à água para rega; procura alcançar a navegabilidade do rio Tejo, potenciando assim a vertente turística da região, bem como o transporte de mercadorias, valorizando o enoturismo, os produtos regionais e a abertura de novos negócios; é um projeto com enorme impacto na região e no País, a desenvolver num horizonte temporal alargado, faseadamente, e que implica a mobilização de importantes recursos financeiros e o empenhado envolvimento de diversas entidades e, em primeiro lugar, do Governo português. Por tudo isto, a Assembleia Municipal de Alpiarça, reunida no dia 28 de Fevereiro de 2019: apela a uma união de esforços e de vontades das entidades competentes, no sentido de iniciar os estudos necessários para a implementação deste projeto e a disponibilização das verbas correspondentes; solicita ao Governo a inclusão do Projeto Tejo como uma prioridade no Programa Nacional de investimentos 2030, considerando que este é um Projeto a médio e longo prazo e quanto mais rápido se iniciarem os respetivos estudos, mais rápido se encontrarão as soluções para um rio Tejo sustentável e para o desenvolvimento da agricultura e do turismo em toda esta vasta região, que se traduzirá muito positivamente no todo nacional, em termos económicos e sociais, ao longo das próximas décadas”. -----

--- Pediu a palavra o senhor Deputado Municipal Armindo Batata, para sugerir uma correção ao texto da moção, dizendo ainda que registava com muito agrado a preocupação dos eleitos da CDU na Assembleia Municipal, com o abandono progressivo da utilização das águas subterrâneas. -----

--- Interveio o senhor Deputado Municipal Carlos Marques, para solicitar que em relação à Barragem dos Patudos houvesse, por parte da Câmara Municipal, o mesmo interesse ali demonstrado naquela moção. -----

--- Solicitou a palavra a senhor Deputada Municipal Anabela Costa, dizendo que partilhava a preocupação que a moção explanava em relação aos lençóis freáticos e reforçando que, infelizmente, o abandono da agricultura descrito no documento não se tinha ficado a dever apenas à falta de água, mas também a outros problemas muito mais complexos. -----

--- **Aprovada por unanimidade.**-----

--- **PERÍODO DO PÚBLICO**-----

--- Foi dada a palavra ao público, mas não houve pedidos de intervenção. -----

--- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO**-----

--- O senhor Presidente da Assembleia deu a palavra à primeira secretária, senhora Deputada Municipal Liliana Carapinha para ler a minuta da ata, que foi colocada à discussão e votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

--- Nada mais havendo a tratar, foi a sessão encerrada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Alpiarça, eram 01h43m. -----

--- Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

Presidente Assembleia Municipal Fernando Louro _____

1.ª Secretária Liliana Carapinha _____

2.ª Secretária Fernanda Garnel _____

Alpiarça, aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove. -----